



DESTAQUES

- **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O REGISTRO E POSSE DE ARMAS**
- **ABIAMB ENCAMINHA AO GRUPO DE TRABALHO QUE DISCUTE A REGULAMENTAÇÃO DE ARMAS E MUNIÇÕES O RELATÓRIO ARMAS LEGAIS - A RELEVÂNCIA ECONÔMICA E SOCIAL NO BRASIL**
- **AUDIÊNCIA DA ABIAMB COM O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DEVERÁ ACONTECER AINDA EM ABRIL**

CONGRESSO NACIONAL

SENADO FEDERAL

Ontem (19/04), a Comissão de Constituição e Justiça debateu o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, para instruir a análise do PL 3713/2019, sobre o Sistema Nacional de Armas. A CCJ ouviu 10 participantes a respeito do tema, dentre eles, representante do MJSP, representantes de Organizações não governamentais e representantes da sociedade civil. Durante as apresentações, ficaram sedimentadas as percepções gerais da importância da discussão do tema e o reconhecimento de que discutir o registro e posse de armas é tema multilateral, vez que impacta as liberdades civis, a economia, a ordem pública, a segurança jurídica, às práticas desportivas e recreativas. O senhor Fabrício Rabelo, do Centro de Pesquisa em Direito e Segurança (Cepedes), afirma que a situação é desafiadora para o Senado Federal, mas que é necessário reconhecer a natureza técnica da

Nesta mesma esteira, a empresária Fabiana Venera, afirma que existem muitos mitos que dificultam o reconhecimento dos ganhos sociais que o setor pode gerar para a sociedade e para o Estado. O Coronel do Exército Brasileiro, Renato Luiz Ribeiro de Lyra, apresentou a estrutura do Exército Brasileiro para controle e fiscalização da posse e porte de armas legais no exército e os dados. O senador Flávio Bolsonaro, no uso da fala, questiona a relação estabelecida incorretamente entre aumento do número de armas e a criminalidade. De acordo com o Senador, os dados do Datasus mostram o contrário. O senador afirma que o número de homicídios teve a menor média histórica dos últimos 26 anos. Da audiência pública realizada na data de hoje é possível crer que o debate sobre o tema será realizado levando em conta os diversos setores envolvidos no tema, contemplando os diversos atores

discussão. O Senhor Luciano Anechini Lara Leite, Promotor de Justiça Criminal do MS, apresenta pesquisa realizada por ele, e aponta que nunca participou de um plenário de julgamento em que uma arma legalizada foi usada para prática de homicídio. Afirma, que muito do que se propaga sobre o risco de cidadãos de bem portarem armas de fogo é enganoso. Na esteira econômica afirma que a paralisação das atividades de tiro esportivo, devido às restrições impostas pelo decreto do executivo, poderão ser irreversíveis caso o decreto não seja rediscutido. Por fim, ele afirma que não há consenso em nenhum lugar do mundo sobre o porte de armas, concluindo ser inaceitável aceitar que, mesmo com ótimas intenções, a legislação se transforme em pesadelos para a sociedade e para o setor.

sociais interessados na discussão e reconhecendo a complexidade e profundidade que o tema requer.

MINISTÉRIOS E PLANALTO

Ontem (19/04), ABIAMB protocolou junto à Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), responsável pela coordenação do Grupo de Trabalho que tem debatido a legislação de armas e munições no país, o relatório ARMAS LEGAIS – A RELEVÂNCIA ECONÔMICA E SOCIAL NO BRASIL, onde apresenta soluções práticas aos pontos cruciais para o setor. O objetivo é apresentar proposições fundamentadas que visam o aprimoramento das normas que regulam o comércio legal de armas e munições no país. O relatório apresenta sugestões que visam alterar a legislação em vigor, o que atende aos colecionadores, os praticantes de tiro recreativo e de alto desempenho, os caçadores regulamentados e a promoção do controle do comércio legal de armas e munições que seja adequado às peculiaridades de cada atividade, concedendo os incentivos adequados, promovendo o desenvolvimento sólido e competitivo do do setor, gerador de renda, empregos e arrecadação de tributos.

Ainda na data de ontem (19/04), a ABIAMB avançou nas tratativas para agendamento de reunião com o Secretário Nacional de Segurança Pública (SENASP), o senhor Francisco Tadeu Barbosa de Alencar. A data será definida no início da próxima semana para que a reunião aconteça em seguida. A expectativa com o encontro é discutir o relatório ARMAS LEGAIS – A RELEVÂNCIA ECONÔMICA E SOCIAL NO BRASIL e as contribuições que a ABIAMB pode realizar nas discussões a respeito do tema.